

Sobre o Efeito de Definitude e o Caso Partitivo em Sentenças Inacusativas do Português Brasileiro

Marcelo Amorim Sibaldo¹

¹Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes - Universidade Federal de Alagoas (UFAL) - sibaldo@gmail.com

Abstract: *Adopting the Generative Grammar theoretical framework, we analyze and discuss Belletti's (1988) proposal, in which postverbal nominal of unaccusative structures receives partitive Case and is submitted to the Definiteness Effect. In order to reflect on this issue, we draw from the analyses of the Finnish language carried out by Kiparsky (1998, 2001). As a result, we suggest an alternative form of analysis.*

Keywords: *Syntax; Partitive Case; Nominative Case; VS order.*

Resumo: *À luz da Teoria Gerativa, procuramos analisar e problematizar a proposta de Belletti (1988), na qual o DP pós-verbal de estruturas inacusativas recebe Caso partitivo e está submetido ao Efeito de Definitude. Para isso lançaremos mão das análises do finlandês de Kiparsky (1998, 2001). Como resultado, sugerimos uma análise alternativa.*

Palavras-chave: *Sintaxe; Caso Partitivo; Caso Nominativo; Ordem VS.*

1. Introdução

A partir de Belletti (1988), muitos trabalhos foram feitos para “testar” a proposta desta autora (COELHO, 2000; TAVARES SILVA, 2004; dentre outros), ou seja, a universalidade do Efeito de Definitude (doravante DE, do inglês *Definiteness Effect*)¹ e do possível Caso partitivo atribuído ao DP pós-verbal de sentenças inacusativas. Porém, tanto quanto nós sabemos, os problemas concernentes a estas questões não foram de todo satisfeitos no âmbito da Teoria da Gramática Gerativa.

Dessa forma, neste trabalho pretendemos discutir, com embasamento no modelo chomskyano, a proposta de Belletti (1988), problematizando algumas questões que permanecem em aberto desde então, dentre elas: (i) podemos assumir o DE no PB? (ii) Qual o Caso atribuído ao DP pós-verbal em estruturas inacusativas? Para isso, tomaremos como objeto de análise sentenças inacusativas do Português Brasileiro (doravante PB).

O trabalho está estruturado da seguinte forma: na primeira seção deste artigo explanaremos brevemente acerca dos problemas empíricos ao se postular o DE em sentenças inacusativas para línguas de sujeito nulo. Logo após, com base na análise do finlandês feita por Kiparsky (1998, 2001), discutiremos o Caso partitivo, haja vista que Belletti tem como evidência esse Caso do paradigma Casual do finlandês e propõe a sua presumida universalidade, comparando com o francês, o inglês e o italiano. Na seção posterior, sugerimos com base na análise de Kiparsky (1998, 2001) algumas postulações para os fenômenos em análise. Em seguida, finalizaremos o trabalho apresentando os principais pontos discutidos.

2. Sobre o Efeito de Definitude

Segundo o texto clássico de Belletti (1988), o Caso Partitivo é atribuído ao DP pós-verbal (argumento interno) subcategorizado pelo verbo inacusativo². Ainda segundo essa autora, este DP teria de ser indefinido, haja vista a presumida universalidade da atuação do DE sobre as estruturas inacusativas. A autora toma por base não apenas estruturas do finlandês (cf. 3.1.), mas também, dados do francês e do inglês, como em (1) e (2) respectivamente:

- (1) a. Il est arrivé trois filles. (francês)
“Expl Chegou três garotas.”
b. *Il est arrivé la fille.
“Expl Chegou a garota.”
- (2) a. There arrived a man. (inglês)
“Chegou um homem.”
b. * There arrived the man.
“Chegou o homem.”

Porém, quando nos deparamos com sentenças de Línguas de Sujeito Nulo (doravante LSN), como nos exemplos abaixo, do português e do italiano, vemos que a presumida universalidade do DE não é corroborada:

(3) È arrivato il ragazzo (italiano)

(4) Chegou o menino (português)

Belletti (1988), então, para resolver o problema colocado acima, propõe a distinção estrutural de dois casos de sujeito posposto³:

(5) DP₁ [_{VP} [_{VP} V DP₂ [_{PP} P DP₃]] DP₄]

Onde apenas o DP₂, o DP subcategorizado pelo verbo inacusativo, está submetido ao DE. A autora argumenta que nos exemplos (3) e (4), os DPs [il ragazzo] e [o menino], respectivamente, estão na posição DP₄, ou seja, na posição de adjunção a VP e não estão sujeitos ao DE.

Desse modo, Belletti (1988, p.9) afirma que a única estrutura que nos asseguraria a posição DP₂ (e não DP₄) seria a estrutura em (6)⁴, cuja aplicação vemos em (7):

(6) DP₁ [_{VP} V DP₂ PP]

- (7) a. All'improvviso è entrato un uomo dalla finestra. (italiano)
“De repente, entrou um homem pela janela”
a'. *All'improvviso è entrato l'uomo dalla finestra.
“De repente, entrou o homem pela janela”
b. Era finalmente arrivato qualche studente a lezione. (italiano)
“Finalmente, chegou alguns estudantes para a lição”
b'. *Era finalmente arrivato ogni studente a lezione.
“Finalmente, chegou todo estudante para a lição”

Porém, como é sabido, no PB, podemos encontrar estruturas gramaticais com as equivalentes a (7) do italiano.

(8) De repente, entrou o homem no banco.

(9) De repente, entrou todos os homens no banco.

(10) Aos poucos, chegou os meninos na sala de aula.

(11) Aos poucos, chegou todos os meninos na sala de aula.

Afora o problema apontado acima, como alguns pesquisadores observam (COELHO, 2000; TAVARES SILVA, 2004; dentre outros), não há motivação para a existência da posição DP₄ em estruturas como às de (3) e (4) em relação ao PB por razões concernentes à violação do ECP⁵ que requer que todo vestígio deixado por um constituinte movido seja propriamente regido, o que implica dizer que este deve ser o antecedente do vestígio que o c-comanda (nos termos de CHOMSKY, 1981), bem como pelo fato de essa língua ter perdido a “inversão livre” do sujeito em contextos (in)transitivos (cf. TORRES MORAIS, 1993), ainda presente em LSN tipo italiano.

3. Sobre o Caso partitivo

3.1. A presumida universalidade

Os verbos inacusativos, contrariamente aos verbos transitivos, não atribuem ao seu objeto o Caso característico dos objetos, nomeadamente acusativo, como apontado por Perlmutter (1978) e Burzio (1986). Belletti (1988, p. 1), então, propõe, com base no paradigma Casual do finlandês, o Caso partitivo para o DP pós-verbal em estruturas inacusativas, visto que esta língua tem um sistema de Caso morfologicamente rico e o Caso acusativo não é o único Caso possível ao DP objeto:

- (12) a. Hän pani Kiriat pöydälle.
“Ele colocou os livros (**acc**, pl) na mesa.”
b. Hän pani Kirjoja pöydälle.
“Ele colocou (alguns) livros (**part**, pl) na mesa.”

Belletti argumenta, com base em (12), que há diferenças entre a atribuição de Caso aos DPs pós-verbais nas sentenças do finlandês: quando o DP pós-verbal tem uma leitura definida, o Caso atribuído é o acusativo; quando o DP pós-verbal tem uma leitura indefinida, o Caso atribuído é o partitivo. Dessa forma, há uma incompatibilidade essencial, no finlandês, entre o Caso partitivo e o DP definido. A autora, então, propõe que a diferença manifestada visivelmente pela morfologia no exemplo acima é uma opção também disponível nas línguas em que a morfologia não faz nenhuma distinção. Nesse caso, o único reflexo do Caso partitivo será na interpretação [± definido].

Seguindo a Hipótese Inacusativa (PERLMUTTER, 1978), Belletti afirma que os verbos inacusativos não atribuem Caso acusativo ao DP pós-verbal, mas o Caso partitivo. Como argumentos, ela lança mão dos exemplos abaixo (p. 2), em que os verbos “ser” e “vir”, no finlandês, atribuem Caso partitivo aos seus objetos.

- (13) a. Pöydällä on kirjoja.
na mesa está (alguns) livros (**part**, pl)
“Tem alguns livros na mesa.”
b. Helsingistä tulee kirjeitä.
de Helsinki vem (algumas) cartas (**part**, pl)
“Vem algumas cartas de Heksinki.”

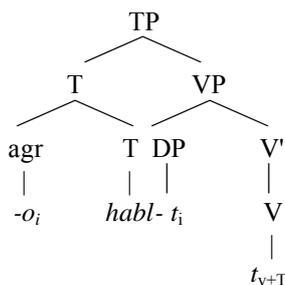
Seguindo a proposta de Chomsky (1986) no que concerne à Teoria do Caso, ela afirma ainda que o Caso partitivo atribuído ao DP pós-verbal em estruturas inacusativas é um Caso inerente, ou seja, é um Caso atribuído na Estrutura-D junto com papel-θ.

3.2. O Caso *default*

Nesta subsecção, faremos algumas considerações acerca da proposta de Kato (2000), no que concerne às estruturas inacusativas e ao Caso atribuído ao DP pós-verbal nessas estruturas. Esta lingüista propõe uma reanálise das estruturas inacusativas como existenciais já numa perspectiva minimalista (CHOMSKY, 1995).

Para isso, ela afirma que, em LSN, a checagem de traços- Φ e Caso é feita pelo afixo pronominal de concordância da seguinte maneira:

(14)



Com base na configuração acima, Kato (2000) argumenta que os afixos pronominais são atraídos a T, se adjungindo a esta categoria, que tem seu Caso nominativo eliminado depois da checagem. Assim, [Spec, TP] não precisa ser projetado. Dessa forma, o sujeito sem matriz fonética *pro*, que geralmente é assumido em [Spec, TP] para satisfazer o Princípio de Projeção Estendido, EPP⁶, pode ser eliminado, pois o traço EPP é checado pela afixação dos morfemas de concordância. Estes afixos, então, fariam *merge* como argumentos de VP, constituindo um D “defectivo”, visto que os afixos não podem projetar complementos como alguns clíticos e pronomes. Daí que a diferença entre os clíticos e os afixos está apenas no modo como eles são submetidos a *spell-out*.

O que ocorreu com o PB, segundo Kato (2000), foi que esta língua perdeu o caráter pronominal de seu afixo de concordância *e*, como consequência, esse afixo aparece afixado ao verbo na numeração, porém não pode ser inserido como argumento, ao contrário das LSN, sendo o afixo de concordância um DP pleno ou um pronome livre, como em inglês, que exige que [Spec, TP] seja projetado para checagem dos traços-D de T.

Na análise das estruturas inacusativas, Kato (2000), seguindo a proposta de Chomsky (1995, p. 274), assume que nas sentenças de línguas como o inglês e o italiano, em que a flexão verbal concorda com o associado (cf. (15) e (16)), os traços do associado subiriam para T, checando-lhe os traços. O associado receberia o Caso nominativo e o expletivo *there* do inglês é inserido, não para a checagem de traços, mas para satisfazer o EPP.

(15) There arrived three men (last night) without identifying themselves. (inglês)

(16) Sono entrati tre uomini senza identificarsi. (italiano)

Já para o francês, língua em que a flexão verbal não concorda com o associado, Kato propõe que o que sobe para a checagem é o afixo pronominal de concordância inserido em VP como argumento externo do verbo que se encontra na numeração apenas flexionado para tempo. O Caso do associado é o nominativo *default*⁷ que não precisa de checagem.

(17) Il y a des chats sous la table.

Para o PB, Kato (2000) adota uma derivação semelhante às sentenças existencial e inacusativa do francês, com a diferença do expletivo lexical na numeração do francês (*il*), enquanto que o PB tem um afixo pronominal nulo (- \emptyset) que, além de checar o nominativo⁸ (cf. (18)), checa o Caso de T (cf. (19)).

(18) [TP - \emptyset +NOM +Chegar+ou+NOM [VP [DP as cartas+NOM_{DEFAULT}]]]

- (19) a. Chove.
b. Tem um gato embaixo da mesa.
c. Parece que o Pedro está com fome.

Kato (2000) ainda sugere a mesma análise para as existenciais do PB, que também não apresentam concordância: o existencial com *ter* teria acusativo⁹ no seu associado e o inacusativo teria o nominativo *default*.

3.3. A resultatividade/ (in)definitude do DP: o caso do finlandês

3.3.1. Verbos transitivos

Tentaremos fazer, nesta subseção, um paralelismo com a análise proposta por Belletti (1988) apresentada anteriormente, no que diz respeito à atribuição do Caso partitivo. Começaremos, então, por apresentar a análise de Kiparsky (1998), na qual, em estruturas com verbos transitivos do finlandês¹⁰, o Caso partitivo é atribuído tanto ao DP objeto indefinido, quanto ao DP objeto definido, dependendo da interpretação aspectual [\pm resultativa], como podemos ver nos exemplos abaixo¹¹:

- (20) a. Ammu-i-n karhu-a/ kah-ta karhu-a/ karhu-j-a
atirar-Pret-1Sg urso-**Part**/ dois-**Part** urso-**Part**/ urso-Pl-**Part**
“Eu atirei em o (um) urso/ em (os) dois ursos/ em (os) ursos”
b. Ammu-i-n karhu-n/ kaksi karhu-a/ karhu-t
atirar-Pret-1Sg urso-**Acc**/ dois-**Acc** urso-**Part**/ urso-pl-**Acc**
“Eu atirei em o (um) urso/ dois ursos/ os ursos”

Assim, em (20a), encontramos DPs pós-verbais em que o Caso atribuído é o partitivo e que, não necessariamente, a leitura é indefinida, como afirma Belletti. Kiparsky argumenta que esse exemplo seria um evento “não-delimitado”¹², o que implica dizer que o verbo denota uma atividade, “atirar em”, essa interpretação não está comprometida com o que aconteceu com o urso e seu uso implica que o tiro não acertou o alvo. Contrariamente, na interpretação “delimitada” ou resultativa, (20b), o DP objeto recebe Caso acusativo, e o verbo denota uma realização (*accomplishment*, no original), “atirar para matar”¹³.

Temos, na(s) estrutura(s) em (20a), um DP [+ definido], sem leitura partitiva, haja vista que, para Kiparsky (1998), o Caso partitivo pode ser atribuído ou por qualquer verbo transitivo a objetos quantitativamente indeterminados (o que ele chama de “partitivo relação-DP”, *NP-related*, no original), ou por uma subclasse própria de verbos transitivos a qualquer objeto (o que ele chama de “partitivo aspectual”), o que mais uma vez põe em xeque a universalidade do Caso partitivo, uma vez que Belletti (1988) assume apenas a idéia do partitivo relação-DP, ou seja, a idéia de que, no finlandês, somente DP pós-verbal indefinido seria possível.

3.3.2. Verbos intransitivos/ inacusativos

Kiparsky (2001) afirma que o finlandês tem também o que são tradicionalmente chamados de “sujeitos partitivos”, esses sujeitos apareceriam, diferente dos DPs objetos analisados na subseção anterior, apenas em estruturas com verbos intransitivos/ inacusativos e estariam internos a VP (i. e., posição de objeto), porém, *a priori*, tendo apenas uma denotação quantitativamente indeterminada (*relação-DP*).

- (21) a. Uutise-t jatku-vat.
Notícia-**PINom** continuar-**3PI**
“As notícias continuarão.”
- b. Nyt tule-e uutise-t.
agora vir-**3Sg** notícia-**PINom**
“Agora vem as notícias.”
- c. Nyt tule-e uutis-i-a.
agora vir-**3Sg** notícias-**PI-Part**
“Agora vem notícias (itens de notícias)”

De acordo com os exemplos acima, os “sujeitos” com verbos inacusativos no finlandês, quando em posição mais à esquerda da frase, recebem Caso nominativo e têm uma leitura definida (21a), porém, quando em posição pós-verbal, eles podem comportar-se da seguinte maneira: (i) recebem o Caso nominativo e, assim, têm uma leitura definida, (21b); ou (ii) recebem o Caso partitivo e, assim, têm uma leitura indefinida, independente do aspecto [\pm resultativo], (21c). É interessante observar que, como acontece no PB (MENUZZI, 2004, entre outros), esta língua não apresenta concordância morfológica entre o DP pós-verbal e a flexão verbal em estruturas com verbos inacusativos¹⁴, salvo aqueles DPs que ocorrem numa posição pré-verbal (21a).

Há ainda, segundo Kiparsky, a possibilidade de os sujeitos partitivos do finlandês aparecerem sob o escopo de uma negação, como os exemplos abaixo ilustram:

- (22) a. Uutise-t (*uutis-i-a) ei-vät jatku.
notícia-**PINom** (*notícia-**PI-Part**) não-3pl continuar
“As notícias/ *notícias não continuarão.”
- b. (*)Nyt ei tule uutise-t.
agora não(-**3Sg**) vem notícias-**PINom**
“Agora não vem as notícias.”
- c. Nyt ei tule uutise-t.
agora não(-**3Sg**) vem notícias-**PI-Part**
“Agora não vem notícias”.

Em (22a), o sujeito pré-verbal obrigatoriamente recebe o Caso nominativo, haja vista a falta de escopo da negação com o sujeito partitivo, o que implicaria na agramaticalidade desta. O inverso pode ser visto na estrutura em (22b), na qual o DP pós-verbal com o Caso nominativo, sob o escopo da negação, desencadeia a agramaticalidade desta¹⁵. Para que uma sentença negativa com o DP pós-verbal possa ser legítima, este deve mostrar o traço do Caso partitivo, o que ocorre em (22c). Percebam que, ainda assim, a falta de concordância entre a flexão verbal e esse DP ocorre nessas estruturas.

Além disso, segundo este autor, os verbos inacusativos ainda admitem sujeitos internos definidos singulares com o Caso partitivo sob o escopo da negação, como se pode observar nos seguintes exemplos:

- (23) a. Anna ei enää tul-lut.
 Anna(**Nom**) não-3Sg nunca mais vir-Pret
 “Anna não veio nunca mais” [Ela está longe.] (sujeito externo)
- b. Ei tul-lut enää Anna-a.
 não-3Sg vir-Pret nunca mais Anna-**Part**
 “Anna não veio nunca mais” [Talvez ela tenha morrido]. (sujeito interno)

Resumindo, podemos depreender que estes “sujeitos partitivos” do finlandês seriam, então, licenciados a partir das seguintes condições: (i) se eles estão sob o escopo de negação sentencial; ou (ii) se eles têm uma conotação quantitativamente indeterminada¹⁶. Assim, “sujeitos” externos permanecem fora do escopo da negação sentencial e retêm Caso nominativo. Isto significa que os “sujeitos” partitivos de estruturas inacusativas do finlandês estão internos a VP. O que implica dizer, em parte, que a proposta de Belletti (1988), no que concerne ao Caso partitivo, é corroborada com dados empíricos do finlandês, ou seja, de acordo com o que foi mostrado acima, o Caso partitivo é atribuído a DPs pós-verbais, i. e., a argumentos internos de verbos inacusativos. Porém, alguns problemas (re)surgem, entre outros: (i) a presença do DE (ou o próprio DE?) é, mais uma vez, questionada nestas estruturas (cf. AMBAR, 1992; COELHO, 2000; TAVARES SILVA, 2004, entre outros) (cf. (21b) e (23b)); (ii) “sujeitos” nominativos em posição pós-verbal também são licenciados em finlandês (cf. (21b) e (23b)).

Assim, a possibilidade de atribuição tanto do Caso nominativo, quanto do Caso partitivo ao DP pós-verbal em estruturas inacusativas nos intriga. Assim, questionamos: os DPs pós-verbais (partitivo e nominativo) seriam gerados na mesma posição? Em que posição eles se encontram na derivação? Podemos, realmente, assumir o DE?

4. Uma análise alternativa para as estruturas inacusativas

Para tentar responder às questões arroladas na subseção anterior, tentaremos argumentar a favor da hipótese de que o DP pós-verbal de estruturas inacusativas (partitivo e nominativo) é gerado em [Comp, V], assumindo com Belletti (1988) que esta é a posição em que o DE atua. Assim, no percurso da derivação da estrutura (21b), aqui repetida como (24a), o DP definido não é aceito na posição de objeto do verbo inacusativo, visto que esta é a posição onde o DE atua (consequentemente, uma posição de DP indefinido), motivando a sua subida para [Spec, VP] para receber o Caso nominativo *default*¹⁷, haja vista a não concordância com a flexão verbal¹⁸. Assumindo com Rizzi (1982), postulamos um expletivo nulo em [Spec, TP] para satisfação do EPP.

Diferentemente, em (21c), abaixo repetido como (24b), o DP pós-verbal, por ser indefinido, permanece *in situ*, ou seja, em [Comp, V] e recebe o Caso partitivo (cf. BELLETTI, 1988; LASNIK, 1995, entre outros), um Caso atribuído a objetos (cf. 3.3.1.), sendo assim, a concordância morfológicamente visível não é desencadeada. Para satisfazer o EPP, novamente, um expletivo nulo é proposto em [Spec, TP]¹⁹.

- (24) a. Nyt tule-e uutise-t.
 agora vir-**3Sg** notícia-**PlNom**
 “Agora vem as notícias.”

a'. [TP [AdvP Nyt [TP [DP *pro* [T' tulee_i [VP t_i [DP uutiset_j [D' t_j]]]]]]]]]

b. Nyt tule-e uutis-i-a.

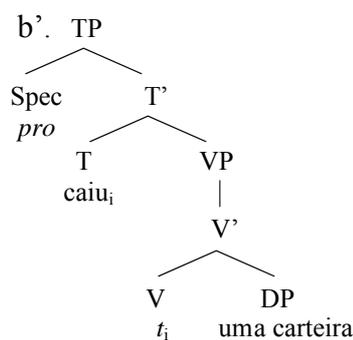
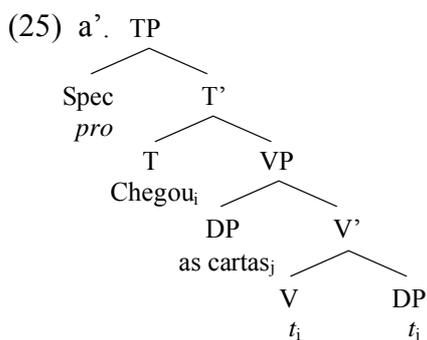
agora vir-3Sg notícias-Pl-Part

“Agora vem notícias (itens de notícias)”

b'. [TP [AdvP Nyt [TP [DP *pro* [T' tulee_i [VP t_i [DP uutiset]]]]]]]]]

Se a nossa assunção estiver correta, a nossa proposta pode, então, ser ampliada para o PB. Para exemplificação, tomemos as sentenças abaixo, seguidas de sua representação arbórea:

- (25) a. Chegou as cartas
b. Caiu uma carteira



Desse modo, o processo pelo qual se deu a derivação das estruturas em (25) foi o mesmo das estruturas em (24), *mutatis mutandis*. Assim, entendemos que, como pudemos ver, o finlandês se comporta de forma semelhante ao PB no que tange à concordância morfológica visível, tendo tanto uma leitura partitiva do DP pós-verbal (leia-se: indefinida), quanto uma leitura não-partitiva (leia-se: definida).

5. Considerações Finais

Este artigo procurou mostrar que a proposta de Belletti (1988) acerca da presumida universalidade do Efeito de Definitude e a proposta de adjunção a VP do DP pós-verbal definido em Línguas de Sujeito Nulo, como o italiano, não encontra suporte teórico, visto que viola o Princípio da Categoria Vazia.

Procuramos, ainda, problematizar a questão do Caso partitivo, também proposto por aquela lingüista com base no paradigma Casual do finlandês, lançando mão de outras estruturas frásicas desta língua. Para isso, assumimos a análise de Kiparsky (1998, 2001) e observamos que, como o PB, o finlandês, em estruturas inacusativas, não manifesta concordância com o DP pós-verbal.

Logo em seguida, assumimos que o DE atua na posição de [Comp, VP] dos verbos inacusativos no PB, propondo que, quando o DP pós-verbal é definido, [Spec, VP] projeta e este é alçado para receber o Caso nominativo *default*. Já as estruturas em que o DP é indefinido ele permanece *in situ* e recebe o Caso partitivo.

Notas

¹ Segundo Figueiredo Silva (1996, p. 99), o Efeito de Definitude é “uma propriedade da posição objeto de uma certa classe de verbos [inacusativos], cujas propriedades casuais obrigam o sintagma nominal que permanece dentro do sintagma verbal a ser indefinido”.

² Em Burzio (1986), este lingüista, ao observar algumas propriedades sintáticas e semânticas de algumas estruturas, retoma as idéias de Perlmutter (1978), e infere que os verbos intransitivos são divididos em duas classes: (i) os *inergativos* (ou não-ergativos, do inglês *unergative*) que selecionam um argumento externo e que, de acordo com Menuzzi (2004, p. 354), seus sujeitos superficiais possuem “propriedades semânticas e gramaticais de sujeitos ‘normais’ - por exemplo, possuem em geral um papel temático agentivo”; (ii) os *ergativos* (ou *inacusativos*, do inglês *unaccusatives*) que selecionam um argumento interno ao VP, exemplos dos inacusativos são “verbos como *existir, aparecer, chegar, surgir, cair, etc.*, cujo sujeito superficial possui várias propriedades semânticas e gramaticais características dos *objetos verbais*, entre as quais a de ter um papel temático não agentivo” (MENUZZI, *op. cit.*, 354).

³ Na verdade, Belletti (1988) propõe a estrutura abstrata em (i), porém, adaptamos a proposta desta autora, tendo em vista a proposta do DP (Sintagma Determinante) de Abney (1987):

(i) NP₁ [_{VP} [_{VP} V NP₂ [_{PP} P NP₃]] NP₄]

⁴ A estrutura proposta em Belletti (1988) foi (i). Assim, fizemos uma pequena alteração (ver nota 3).

(i) NP₁ [_{VP} V NP₂ PP]

⁵ Para uma análise detalhada sobre a violação ao ECP acerca deste fenômeno, ver Coelho (2000) e Tavares Silva (2004).

⁶ O EPP diz que toda sentença de toda língua natural deve ter sujeito. Sendo assim, Rizzi (1982) postula o *pro*, um elemento sem matriz fonética em [Spec, TP], para satisfazer este Princípio. Porém, em Chomsky (1995), o EPP recebeu uma outra interpretação e passou a fazer parte de uma operação geral de verificação de traços. Sendo assim, Kato (2002), adota esta última perspectiva.

⁷ Segundo Schütze (2002, *apud* ANDRADE, 2003, p. 72), “o Caso *default* ocorre apenas em expressões nominais que não estão associadas a nenhum traço de Caso atribuído ou determinado por mecanismos sintáticos”. Assim, este Caso, diferente dos demais tipos de Caso, “é usado unicamente quando nenhum dos processos de marcação de Caso morfológico está disponível”.

⁸ O nominativo *default* é diferente do nominativo estrutural, podendo ocorrer os dois na mesma sentença. Segundo Kato (2000, p. 114) “o nominativo que exige checagem é eliminado quando o afixo de concordância sobe para T, enquanto o nominativo *default* é o do associado que permanece *in situ*”.

⁹ Perceba que, neste ponto, Kato vai de encontro à proposta de Burzio (1986), segundo a qual, os verbos inacusativos não atribuem Caso acusativo ao seu objeto.

¹⁰ Como observamos anteriormente, o finlandês foi a língua precípua apresentada por Belletti para a generalização acerca de o Partitivo ser o Caso atribuído ao DP pós-verbal nas estruturas inacusativas.

¹¹ É interessante observar que, no exemplo (b), à cabeça do sintagma [kaksi karhua] o verbo atribui o Caso acusativo, e esta atribui o Caso partitivo ao nome (karhua). Assim, um só DP recebe dois Casos, sendo o acusativo atribuído pelo verbo ao DP e o outro, internamente, o determinante atribui o partitivo ao nome.

¹² *Unbounded*, no original. Estamos aqui considerando a tradução feita por Andrade (2003).

¹³ Kiparsky (1998, p. 267) afirma que (20b) é entendida significando que “eu matei o urso”. Na contraparte inglesa e, acreditamos, na brasileira, (20b), excluindo “informações contextuais especiais”, pode significar simplesmente que a minha bala atingiu o alvo, com possíveis, mas não necessários, “resultados fatais”.

¹⁴ Kato (2000, p. 110) afirma que a forma com concordância é ainda usada na língua escrita em PB, mas não é a forma produzida pela criança como produto da aquisição do *input* oral.

¹⁵ Segundo Kiparsky (2001), a sentença (22b) torna-se boa com foco contrastivo em *uutiset*.

¹⁶ Assim, tanto verbos inacusativos, quanto verbos intransitivos, no finlandês, podem ocorrer com sujeitos partitivos, comportando-se de modo semelhante. Porém, aqui, por falta de espaço, focalizamos apenas os verbos inacusativos.

¹⁷ É interessante observar que, em finlandês, a marca do Caso nominativo aparece (-*t*). Visto que o DP não sobe até [Spec, TP] para checá-lo ele recebe o nominativo *default*. Veja-se, ainda, que, com a subida do DP para [Spec, VP] parece haver uma maior possibilidade de argumentar sobre uma cadeia em relação a esta posição com a posição [Spec, TP]. Porém, por falta de espaço, não nos deteremos aqui sobre isso.

¹⁸ Segundo Schütze (2002, *apud* ANDRADE, 2003, p. 72), “o Caso *default* ocorre apenas em expressões nominais que não estão associadas a nenhum traço de Caso atribuído ou determinado por mecanismos sintáticos”. Assim, este Caso, diferente dos demais tipos de Caso, “é usado unicamente quando nenhum dos processos de marcação de Caso morfológico está disponível”.

¹⁹ Perceba que não assumimos a proposta de Kato (2002) na qual o EPP em LSN é satisfeito por *merge* dos afixos de concordância como argumento de VP.

Referências

- ABNEY, S. P. *The English Noun Phrase in its sentential aspect*. Ph.D. Dissertation: MIT, 1987.
- ANDRADE, A. L. de. *Construções inacusativas do português do Brasil: características e problemas teóricos*. Dissertação de mestrado em Lingüística. Brasília, UnB, 2003.
- BELLETTI, A. The case of unaccusatives. *Linguistic Inquiry*, 19, 1988. pp. 1-34.
- BURZIO, L. *Italian Syntax: A government-binding approach*. Dordrecht: D. Reisel Publishing Company, 1986.
- CHOMSKY, N. *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht: Foris, 1981.
- _____. *Knowledge of Language: Its Nature, Origin and Use*. New York: Praeger, 1986.
- _____. *The Minimalist Program*. Cambridge, Mass: The MIT Press, 1995.
- COELHO, I. L. *A ordem VDP em construções monoargumentais: uma restrição sintático-semântica*. 2000. Tese de Doutorado em Lingüística – Universidade Federal de Santa Catarina, 2000.
- FIGUEIREDO SILVA, M. C. *A posição sujeito no português brasileiro: frases finitas e infinitivas*. Campinas: Unicamp, 1996.
- KATO, M. A. A restrição de mono-argumentalidade da ordem VS no português do Brasil. *Fórum Lingüístico*, v. 2, n. 1. pp. 97-127.
- KIPARSKY, P. Partitive Case and Aspect. In: BUTT, M.; GEUDER, W. (orgs.). *The projection of arguments: lexical and compositional factors*. Stanford: CSLI, 1998. pp. 265-307.
- _____. Structural Case in Finnish. *Lingua*, 111, 2001. pp. 315-376.
- LASNIK, H. Case and Expletive Revisited. On Greed and other human failings. *Linguistic Inquiry*, 26, 1995. pp. 615-633.
- MENUZZI, S. A ordem verbo-sujeito no português do Brasil: para uma comparação das abordagens formalistas e funcionalistas. *Rev. ANPOLL*, n. 16, p. 349-384, jan/jun, 2004.
- PERLMUTTER, D. Impersonal passive and the unaccusative hypothesis. In: JAEGER, J. et al (Eds.). *Proceedings from the IV annual meeting of BLS*. Berkley, Califórnia, 1978.
- RIZZI, L. *Issues in Italian Syntax*. Dordrecht: Foris, 1982.
- TAVARES SILVA, C. R. *A natureza de Agr e suas implicações na ordem VS: um estudo comparativo entre o Português Brasileiro e o Português Europeu*, 2004. Tese de Doutorado em Lingüística. Maceió, UFAL, 2004.
- TORRES MORAIS, M. A. C. R. Aspectos diacrônicos do movimento do verbo, estrutura da frase e caso nominativo no português do Brasil. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary A. (orgs). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.